

A importância do ensino de Libras na formação em psicologia: por uma promoção de saúde inclusiva e efetiva frente à surdez.

The importance of teaching Libras in psychology training: for an inclusive and effective health promotion in the face of deafness

Ayra Audry de Lima Souza; Gabriel Campelo Sotero

Centro Universitário Santo Agostinho; Universidade Federal do Delta do Parnaíba

RESUMO:

O artigo objetiva problematizar e levantar uma discussão frente à negligência e desafios que podem ser encontrados ao não se concretizar um ensino efetivo em Língua Brasileira de Sinais (Libras) na formação e ensino em psicologia. Ressalta-se que os possíveis obstáculos encontrados durante o atendimento ou intervenção com pessoas surdas realizados por profissionais em psicologia não capacitados a uma comunicação compreensível com essa população pode não apenas tornar o processo de escuta frustrante e incômodo para ambas as partes, como também pode refletir diretamente nos processos subjetivos e ter repercussões na saúde mental da pessoa que convive com a surdez. A efetivação da Libras na formação do psicólogo se mostra não apenas como uma prática inclusiva, mas também é potencializadora e de extrema importância para viabilizar e promover de forma concreta uma atenção psicológica e cuidado em saúde mental adequado para com as pessoas que convivem com a surdez.

Palavras-chave: Formação em psicologia; libras; surdez.

ABSTRACT:

The article aims to problematize and raise a discussion in the face of negligence and challenges that can be found when an effective teaching in Brazilian Sign Language (Libras) is not implemented in psychology training and teaching. It is noteworthy that the possible obstacles encountered during the care or intervention with deaf people performed by professionals in psychology who are not trained in understandable communication with this population, can not only make the listening process frustrating and uncomfortable for both parties, but also it can directly reflect on the subjective processes and have repercussions on the mental health of the person who lives with deafness. The effectiveness of Libras in the training of psychologists is demonstrated not only as an inclusive practice, but also as a potential and extremely important to enable and concretely promote psychological attention and adequate mental health care for people living with deafness.

Key-words: Training in psychology; libras; deafness.

DOI:10.12957/mnemosine.2023.76220

Introdução

Historicamente, o primeiro registro no Brasil acerca da preocupação com a comunidade surda é datado do período Imperial, quando Dom Pedro II, motivado por interesses pessoais, ao ter um neto surdo que precisava ser alfabetizado, convidou o educador francês Hernest Huet para desenvolver a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Diante disso, no dia 26 de setembro de 1857 fundou-se o Instituto dos Surdos-Mudos no Rio de Janeiro, que hoje se chama Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) e, a fim de homenagear esse verdadeiro marco para a educação dessa população, posteriormente essa data transformou-se no Dia Nacional dos Surdos no país.

Nesse contexto, o sistema brasileiro de sinais derivou da língua de sinais que foi desenvolvida ao longo dos anos na França, tendo, assim, semelhanças com esta (ORTEGA; PRADO, 2019). As chamadas línguas de sinais utilizam gestos e movimentos próprios que substituem a comunicação vocal tradicionalmente usada pela comunidade ouvinte. Elas possuem uma gramática e léxico próprios, e assim como cada povo desenvolveu seu idioma oral, cada local ou comunidade criou sua língua de sinais, havendo diferentes “versões” para cada país ou até mesmo região.

Outrossim, Garcia (2015) salienta que a Libras só foi reconhecida de forma oficial como uma língua brasileira em 2002, pela lei nº 10.436, de 24 de abril. Logo depois, no ano de 2005, foi aprovado um decreto que obrigou todas as instituições federais de ensino, desde as da educação infantil às superiores, a garantirem a inclusão de pessoas surdas nos processos seletivos e atividades curriculares, sendo também preciso atender às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência dentro das salas de aula e nas atividades complementares. Em 2016, a Agência Nacional de Cinema (Ancine) também criou normas para garantir que pessoas surdas tivessem acesso inclusivo e adequado aos cinemas.

Atualmente, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) revelam que cerca de nove milhões de pessoas convivem com a surdez ou possuem algum tipo de deficiência auditiva. No entanto, apesar desses números, a sociedade brasileira não se constitui por um corpo comunicativo majoritariamente bilíngue, que legitime e reconheça a cultura e a identidade dos não ouvintes. Em vista disso, depara-se com uma comunidade surda que possui demandas psicológicas e subjetividades como qualquer outra, mas que enfrenta uma carência de profissionais qualificados para realizar o seu atendimento em Libras. Dessa forma, entende-se que pensar em como a presença da

exclusão social e da falta de acesso, em uma sociedade, quanto a uma pessoa, por conta dela possuir alguma diferença é pensar na saúde, que é completamente afetada por isso. Logo, se torna de interesse crucial do profissional de psicologia se ater a isso (ALMEIDA; NANTES, 2018).

Em suma, constata-se que nossas instituições superiores e mecanismos de saúde predominantemente mantêm o discurso de “curar” o surdo para inseri-lo na sociedade ouvinte, desconsiderando todo e qualquer potencial de desenvolvimento da pessoa surda através do uso da Libras. Contudo, observou-se que o país avançou nas últimas décadas no que se refere ao reconhecimento dos direitos e da acessibilidade social das pessoas surdas; mas ainda há diversos obstáculos que impedem a efetivação dessas políticas públicas que visam promover uma vida com mais qualidade a essa população (AMARAL, 2017). Diante disso, faz-se necessário relembrar que os psicólogos devem atuar como agentes de transformações do meio em que estão inseridos, visando desconstruir as barreiras existentes. Logo, devem estar acessíveis para adaptar-se e profissionalizar-se em aprender Libras e as especificidades do atendimento ao sujeito surdo, bem como a fomentar a pesquisa nessa área clínica. Vale frisar que dentre os ramos de atuação do psicólogo, o campo educacional representa, até hoje, o principal enfoque dos estudos que relacionam psicologia e surdez, possivelmente pela escola caracterizar-se como o primeiro ambiente social da criança, onde boa parte das afetações da sua vida, convívio e aprendizagem serão formadas (SILVA; CARMO, 2016).

A respeito das concepções de surdez

Inicialmente, é importante pontuar que duas concepções de surdez foram e são utilizadas predominantemente na literatura. O modelo clínico-terapêutico manteve-se no auge principalmente entre os séculos XIX e XX. Nele, o sujeito surdo e sua condição auditiva eram postos como uma desvantagem no processo de aprendizagem; logo, buscou-se tratamentos e mecanismos para que esse sujeito voltasse ao mais próximo do que seria o comumente “normal”, ou seja, a fala. Em virtude de um entendimento da surdez como uma patologia que precisava de tratamento e intervenção clínica, era negada a existência de outras possibilidades de comunicação para o sujeito surdo e, conseqüentemente, não eram levadas em conta as dimensões sociais, os problemas emocionais e as experiências educacionais do sujeito (NORA, 2017).

Mediante o exposto, compreende-se como esse foi um período bastante cruel para a população surda, que era bombardeada de cirurgias, aparelhos e métodos que, hoje, iriam até contra os direitos humanos, mas que nessa época foram utilizados para que a fala ou a compreensão da fala do outro através de leituras labiais forçadas e afins se concretizasse. Em suma, um método que caminha junto das concepções oralistas e que contribui para a marginalização social do surdo, com consequências para a sua identidade e sempre afirmando que este possui um “defeito” ou “desvantagem” em se comunicar em relação ao resto da população (MARTINS; NASCIMENTO, 2015).

Analogamente, ainda no século XX, outra visão para a compreensão e formação de mecanismos que auxiliassem a inclusão do sujeito não ouvinte foi surgindo. A visão sócio-antropológica interpreta a surdez como uma diferença cultural na maneira de se comunicar e entender o cotidiano, e não como uma patologia. Nessa perspectiva, a pessoa surda equivale àqueles que possuem um déficit parcial ou total de audição, impossibilitando-os de comunicar-se de forma oral e auditiva naturalmente, como feito pela maioria da população. Dessa forma, a identidade do sujeito surdo constrói-se em cima dessa diferença, o que acarretará modificações comportamentais e visuais para se comunicar com os outros; logo, não há patologia muito menos inferioridade em ser surdo, apenas diferença (STROBEL, 2016).

Em conformidade com as concepções presentes na linha sócio-antropológica, adota-se o bilinguismo no sistema educacional; ou seja, o sujeito surdo e o não surdo aprendem a língua de sinais e a língua comumente falada pelo restante da turma naquele contexto. Nesses casos, a língua de sinais é priorizada como primeira para o sujeito surdo e como segunda para o restante da turma. No nosso contexto brasileiro, por exemplo, o português seria apresentado para o sujeito surdo numa perspectiva da língua de sinais; logo, para ser leitor de português, ele precisaria antes ser leitor da língua de sinais (SENNA, 2019). Diante desse cenário, Klein (2015) reitera que os países onde o bilinguismo é utilizado no sistema educacional mantêm os melhores índices de aprendizado e inclusão da população surda hoje em dia, já que seus modelos interacionistas conseguem contextualizar aquilo que a comunicação e a interpretação devem ser em sua essência.

Paralelamente, na obra do brasileiro Oscar Pereira da Silva intitulada “A Palavra aos Surdos-Mudos”, de 1886, retratou-se a perceptível falta de conhecimento e possibilidades da época a respeito da comunicação de pessoas com deficiência auditiva. Na pintura em questão, o médico Meneses Vieira (famoso na época) ensinava às crianças

surdas como identificar a palavra a partir do toque tátil e através do método conhecido como oralização ou oralismo. Nesse período, era anulada a potência de outras possibilidades de comunicação para com essas pessoas e priorizava-se uma adaptação obrigatória delas diante da sociedade, caso quisessem manter sua vida na “normalidade” e tendo acesso à educação como os outros.

O contexto educacional e a população que convive com surdez

A princípio, é fundamental salientar que dentre as obrigações das instituições de ensino para auxiliar e incluir as pessoas surdas nas suas atividades, estabelecidas pelo decreto nº 5626/05, estão: ofertar, desde a educação infantil, o ensino de Libras como primeira língua para crianças surdas e o português como segunda língua, assim como a Libras como segunda língua para crianças não-surdas; contratar professores ou instrutores de Libras; promover cursos de Libras para professores; adotar ou adaptar mecanismos de avaliação que sejam coerentes para com a pessoa surda e disponibilizar equipamentos, acesso a novas tecnologias e recursos didáticos para a educação da criança que convive com a surdez (MEC, 2017).

Contudo, até hoje as práticas de ensino, seja no regular ou no superior, baseiam-se de forma estrutural e inferiorizam a língua de sinais, ao tentar “adaptar” o aluno à comunicação comumente falada pelo professor ou pela turma em geral. Promovem um cenário excludente para esse estudante não ouvinte e marginalizam a língua utilizada por ele (Libras), deixando-a sempre na sombra e desvalorizada. Além disso, os resultados relativos à aprendizagem desse aluno são totalmente prejudicados, pois visam apenas possíveis caminhos “mais fáceis” para o educando (ROSSI, 2010).

Outrossim, ao longo da história, a comunidade surda ou aquelas que se comunicam integralmente pela língua de sinais desistiram de seus sonhos de estudar ou fazer um curso superior pelo medo do preconceito ou das instituições não estarem preparadas para recebê-las. No entanto, é importante frisar que a pessoa que convive com a surdez ou se comunica pela língua de sinais pode ter dificuldade para aprender apenas aquilo que lhe é ensinado usando mecanismos com som ou fala. Isso não quer dizer que ela possui ou vai possuir uma menor capacidade de aprender algo.

Em contraste com isso, Carniel (2018) evidencia que essa realidade vem mudando com a criação de comunidades ou movimentos de pessoas surdas que lutam por direitos iguais, o que contribui para a possibilidade dessa população ver-se como capaz de

aprender qualquer coisa ou seguir qualquer profissão, tornando-se assim papel da sociedade e de suas instituições estarem preparadas para auxiliar e permitir esse processo. Segundo Viana e Francischini (2016), ainda no século XVI, Cardamo (1501-1576) trouxe a possibilidade do aprendizado para pessoas que conviviam com a surdez, desenvolvendo outros mecanismos próprios ou através de diferentes representações, afirmando também que a surdez não se configura enquanto um impedimento para o ensino e a aprendizagem.

Unido a isso, Garcia (2015) afirmou que a deficiência auditiva é capaz de impedir a pessoa de perceber os sons; porém o avanço tecnológico (podendo-se citar também o da educação) é capaz de proporcionar mecanismos para que esses mesmos sons sejam facilmente compreendidos. Em conformidade, Rossi (2010) trouxe que assim como qualquer outra mudança de paradigma em nossa sociedade, o ensino para pessoas que convivem com a surdez está em andamento, e se encontra atravessado por algumas figuras que devem ser centrais nesse processo: professor, família e sociedade.

Em suas discussões, Mello e Gavério (2019) trazem ainda um outro fator importante para entender a forma como pessoas com deficiência são atravessadas na nossa sociedade e no seu aprendizado dentro das instituições de ensino: trata-se da naturalização do corpo “capacitado” e dos aspectos que compõem as hierarquias do capacitismo, os quais ajudam a manter estereótipos e dificultam a inclusão dos indivíduos que convivem com os mais diversos tipos de deficiência.

Por fim, no ensino superior brasileiro, segundo Giroto et al. (2016), deve-se ter uma atenção maior, já que o número de pessoas surdas que adentraram as instituições desse ensino aumentou, porém o número de profissionais capacitados para recebê-las não. Em virtude disso, as autoras argumentam que embora a inserção da disciplina de Libras no ensino regular e superior seja um avanço no país para a educação de surdos, ela ainda se encontra em descompasso com as políticas educacionais e seus dispositivos legais (Decreto nº 5626/05, Brasil, 2005), já que essas políticas foram elaboradas antes dessa inserção e, portanto, precisam ser revistas, pois a maioria das universidades não respeita o ensino adequado do ensino da língua de sinais.

A Libras no ensino superior

Analogamente, de acordo com Art 3, p 1º, do decreto 5.626/05, a inclusão da Libras constitui-se como disciplina obrigatória curricular nos cursos de licenciatura, de pedagogia e de educação especial. Nas demais graduações do ensino superior, ela constituir-se-á como matéria optativa. Nessa perspectiva, constata-se que apesar dos

avanços e da ampliação na inserção da Libras, seu ensino ainda se restringe às áreas específicas da educação, deixando sérias lacunas na formação dos profissionais da saúde. Em conjunto, observa-se como isso se reflete nas pesquisas realizadas por psicólogos. Sob esse panorama, de acordo com Casali (2012), o interesse desses profissionais pela surdez está intimamente focalizado no desenvolvimento do campo brasileiro educacional de surdos.

Simultaneamente, constata-se que o fato de o ensino da língua de sinais estar crescendo no ensino superior não significa obrigatoriamente que ele esteja sendo feito da forma correta. É primordial que os professores e os alunos de Libras permaneçam atentos, pois a aprendizagem errada dessa língua pode afetar diretamente as pessoas que serão auxiliadas ou atendidas por esses estudantes. Aliado a isso, faz-se necessário recordar que o trabalho do psicólogo é pautado, principalmente, em uma comunicação eficaz, mediada por uma escuta ativa e atenciosa. Nesse sentido, questiona-se a preparação desses profissionais para as demandas que surgirão na população surda durante o curso da vida, haja vista que, como pontuado anteriormente, durante o bacharelado em psicologia não há obrigatoriedade em iniciar-se a formação em Libras.

Diante dessa perspectiva, as autoras Veras e Brayner (2018) revelam que dentre os principais problemas referente ao ensino da língua de sinais no ensino superior estão: a carga horária dada à disciplina ser insuficiente e a falta de materiais para trabalhar os conteúdos de forma adequada. Em virtude da compreensão de que apenas uma disciplina (que comumente possui carga horária de 60 horas) não é capaz de educar o estudante completamente acerca da Libras e da subjetividade dos indivíduos surdos, seria interessante também um primeiro contato com a linguagem em questão, o que fomentaria e estimularia no discente a importância de se aprofundar e de se sensibilizar por esse público. Diante disso, Macêdo e Torres (2017) pontuaram a importância de engajar-se para aprender a língua de sinais desde o início dos cursos e priorizando-a, pois muitas vezes o ensino apressado da língua se torna inviável e ineficaz.

Portanto, questiona-se o reconhecimento e a valorização da Libras na preparação do psicólogo para o acolhimento e o cuidado de indivíduos que vivenciam os mais diversos processos terapêuticos: o que ainda provoca a invisibilidade dessa língua dentro dos cursos de psicologia? Para Braz-Aquino et al. (2016), o profissional em psicologia só se dá conta da importância da Libras quando enfrenta uma situação real em que precisa ter o conhecimento da língua. Segundo os autores, os cursos em psicologia não levantam

para seus alunos a hipótese de que um dia irão atender ou lidar com alguém que se comunica de formas além da fala e de que um possível intérprete nem sempre estará disponível ou será a melhor opção.

Sob essa ótica, Souza (2013) reitera a importância de se conhecer a Libras ainda durante a formação. A autora afirma que podem se tornar constantes os casos de frustração e fragilidade profissional por conta de muitas vezes não se ter mais tempo livre e disposição para aprender a língua, o que acaba gerando complicações ou abandono de uma determinada intervenção por parte daquele profissional. Dessa forma, torna-se fundamental transformar a sociedade em um corpo bilíngue, que valorize a cultura surda, pois a Libras é uma aquisição imprescindível também para os ouvintes.

O atendimento psicológico ao sujeito surdo

A priori, no que se refere ao atendimento prestado pelo Sistema Único de Saúde (SUS, Brasil, 1990) às pessoas com surdez ou que apresentam diferentes graus de comprometimento auditivo, a Lei Federal nº 10.436, de 2002, prevê que todos os profissionais de saúde estejam conscientes que a Língua Brasileira de Sinais é tida como a língua de expressão da comunidade surda, e que, portanto, os ambientes institucionais de saúde devem adaptar-se para receber as pessoas com surdez, como é previsto pelos princípios doutrinários da equidade, universalidade e integralidade. A lei também determina que caso o profissional não esteja capacitado para se comunicar através da língua de sinais, um intérprete esteja à disposição, como forma de valorizar a língua falada pelo sujeito surdo. Dessa forma, cabe à gestão da instituição e aos profissionais buscar capacitações para o aprendizado da língua de sinais, sendo esta uma medida de atenção integral (Brasil, 2002, citado por Casali, 2012: 17).

Ademais, o segundo princípio fundamental do Código de Ética do Psicólogo atesta que: “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Código de Ética do Psicólogo, 2005: 7). Diante dessa afirmação, entende-se que para o oferecimento de um serviço psicológico de qualidade, traçado a partir da concepção socioantropológica de surdez, é fundamental que o psicólogo domine a língua brasileira de sinais, para desenvolver uma comunicação eficaz e uma relação com o paciente/cliente.

Em contraponto, atualmente não se encontra um número significativo de profissionais em psicologia que dominem as ferramentas elementares para realizar o

atendimento e o acolhimento dos sujeitos surdos, fazendo-se necessário a intervenção de mediadores no *setting* terapêutico. No entanto, a presença desses profissionais nas sessões gera discussões efervescentes, tendo em vista que o Art. 9 do Código de Ética do Psicólogo expõe que: “É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional” (Código de Ética do Psicólogo, 2005: 13). Dessa forma, apesar das implicações éticas, a presença desses intérpretes caracteriza-se como uma alternativa provisória, pois encontra-se uma comunidade surda marcada por sofrimentos psíquicos que são marginalizados, mas que precisam de atendimento.

Concomitantemente, foram apresentados, na pesquisa de Silva e Carmo (2016), os obstáculos enfrentados, na Bahia, por sujeitos surdos que buscam psicoterapia e se deparam com o empecilho comunicacional. Em suma, observou-se que esses indivíduos possuem um ponto de vista semelhante: reconhecem e valorizam a presença dos profissionais tradutores, mas com alguns fatores limitantes, como desconfiança, vergonha de se expor na frente dos intérpretes e constantes indagações acerca da necessidade permanente deste mediador no consultório do psicólogo. Em vista disso, acredita-se na importância de pontuar que a surdez não é o impedimento para a interação entre surdos e não surdos, porquanto a falta de ensino, de aprendizagem da Libras e a hegemonia da cultura ouvinte, em geral, é que se tornam uma barreira na comunicabilidade.

Diante desse cenário, constata-se que as dificuldades em comunicação são as principais relatadas, embora a comunicação seja um elemento primordial para tornar o atendimento psicológico viável, seja em situações de diagnóstico, seja no tratamento em si. Em síntese, isso se reflete no exposto por Casali (2012) em sua dissertação, identificando que, no município de Itajaí - SC, a maior parte do serviço prestado por psicólogos à comunidade surda refere-se a avaliações psicológicas e triagens, havendo apenas um local onde foram realizados atendimentos psicoterápicos. Mediante o exposto, notou-se que eventualmente a comunidade surda não dá continuidade à intervenção clínica, em consequência do relacionamento entre o surdo e o profissional da saúde ficar extremamente comprometido pela carência de domínio da língua de sinais.

Sob o mesmo ponto de vista, observou-se outra implicação proveniente de um *setting* terapêutico que demanda a presença de um tradutor: a dificuldade de se criarem vínculos fortalecidos entre psicólogo e cliente/paciente. Leva-se em consideração o

elucidado por Casali, ao pontuar que “[...] O vínculo forma-se por meio do olhar, da percepção de expressão e da comunicação da outra pessoa. Quando a comunicação está prejudicada o vínculo também fica” (CASALI, 2012: 41). Em conjunto, Gonçalves (2011) também declara que o intérprete presente pode repassar as informações para o psicólogo de forma genérica e fragmentada, além do vínculo de confiança e interação do terapeuta com o paciente ser comprometido.

No entanto, em um estudo mais recente de Rosa (2017), foram entrevistados psicólogos que realizam psicoterapia com surdos através da Libras e sem mediação de um intérprete, a fim de entender quais fatores impulsionaram esses profissionais a estudar e a atuar no atendimento a essa comunidade. Em síntese, pontuou-se que o pequeno número de psicólogos disponíveis no mercado e especializados em oferecer um serviço terapêutico aos surdos caracterizou-se como uma condição motivadora: o profissional que atua com esse público possui um diferencial ao direcionar seu trabalho a essa demanda, tornando-se possivelmente uma referência para outros membros dessa comunidade que possam procurar suas qualificações quando necessitarem de atendimento ou apoio.

Além disso, evidenciou-se que a troca com os sujeitos surdos representa um verdadeiro espaço de encontros transformadores e potencializadores, onde se encorajam as capacidades desse indivíduo e rompem-se barreiras entre surdos e ouvinte, deslocando-os para um local de visibilidade, de reconhecimento linguístico, cultural e relacional. Conjuntamente, Rosa (2017) relata que ao emergirem psicólogos capacitados nessa área, suas práticas despertam o interesse dos seus próximos, fazendo-os refletir sobre a carência à atenção mental dos surdos e instigando-os no desejo de aprender Libras e iniciar o atendimento a esses indivíduos também. Ou seja, inicia-se um movimento em prol da amenização dos mecanismos de exclusão e apagamento que esse público enfrenta historicamente.

Considerações finais

Diante do cenário apresentado, evidenciou-se que ainda hoje o sujeito surdo é marcado por uma série de preconceitos atribuídos à sua diferença e que, por muito tempo, foi tratado como um indivíduo incompleto por não possuir a audição parcial ou total. Em conjunto, observou-se como o modelo clínico terapêutico auxiliou na consolidação dessa visão de um indivíduo com deficiência que deveria ser alfabetizado a partir da oralização e da tentativa de desenvolver a audição. No entanto, uma outra concepção de surdez surgiu e deu lugar para a valorização dessa comunidade e do seu vocabulário linguístico

(Libras), sua cultura e suas especificidades: o modelo sócio antropológico, que almeja tornar a sociedade em um corpo bilíngue.

Concomitantemente, constatou-se como a invisibilidade dessa população refletiu-se em grades curriculares da área da saúde que não possuem a disciplina de Libras como obrigatória, acarretando uma carência de profissionais que estejam preparados para as demandas da comunidade surda, principalmente os psicólogos que atuam a partir de uma escuta clínica. Em vista disso, não se encontra atualmente um número significativo de psicólogos (os) que estejam instrumentalizadas(os) para realizar o atendimento a um sujeito surdo e utiliza-se, no setting terapêutico, a mediação de um intérprete de Libras, o que traz implicações éticas descritas no código que rege a (o) profissional dessa área.

Todavia, profissionais de saúde deparam-se com uma comunidade surda marcada por sofrimentos psíquicos que são marginalizados e que clama por um atendimento capacitado. Sendo assim, deve-se pensar que os profissionais em formação devem analisar constantemente se sua prática e sua preparação estão sendo inclusivas e se estão em concordância com os princípios elementares do Sistema Único de Saúde: a universalidade, a equidade e a integralidade.

Mediante o que foi exposto, evidenciou-se como a criação e a manutenção de políticas públicas que integram e que impõem aos cursos superiores e aos profissionais em psicologia ter contato com a Língua Brasileira de Sinais não têm sido suficientes para estimular a sensibilização e o estudo nessa área e com esse público. Nesse sentido, é fundamental discutir e apresentar de forma clara os impactos, na saúde do sujeito surdo, ocasionados por um atendimento profissional não adequado, onde práticas excludentes ou constrangimentos que já são vivenciados em outros espaços são reproduzidos no consultório terapêutico. Outrossim, urge salientar que a valorização da Libras, da identidade e da cultura promove um efeito social significativo na vida da comunidade surda, pois se inicia um verdadeiro ato de mitigar os preconceitos construídos acerca da subjetividade desses indivíduos.

Por fim, vale ressaltar que a psicologia representa uma aliada na inclusão social da comunidade surda, seja auxiliando no desenvolvimento da aprendizagem no ambiente escolar ou na prática clínica, fortalecendo a autonomia e autoestima e se preocupando com a saúde mental e com os processos de subjetivação desses indivíduos. Nesse ínterim, o profissional em psicologia simboliza a ponte entre não ouvintes e ouvintes, ou seja, torna-se agente de transformação do meio através de um atendimento acolhedor, livre de

preconceitos e especializado para adaptar-se a qualquer pessoa que busque seus serviços, procurando sempre aprimorar-se. E, como apontado anteriormente, quanto mais cedo esse profissional entrar em contato com a Língua de Sinais e estiver aberto a entender a realidade da população que a usa, melhor será sua capacitação e, conseqüentemente, melhores as suas intervenções.

Referências

- ALMEIDA, Denise Mesquita de Melo Almeida; NANTES, Janete de Melo. Psicologia e Letras Libras: Um Encontro na Busca por uma Educação Inclusiva no Ensino Superior. *Revista Educação e Fronteiras Online*, V. 8, nº 22, p. 185-195, Dourados, MS, 2018.
- AMARAL, Sâmia Carvalho. O surgimento da libras e sua importância na comunicação e educação dos surdos. *Revista Conedu*. IV Congresso Nacional de Educação, 2017.
- BRAZ-AQUINO, Fabíola de Souza; FERREIRA, Ingrid Rayssa Lucena; CAVALCANTE, Lorena de Almeida. Concepções e Práticas de Psicólogos Escolares e Docentes acerca da Inclusão Escolar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 255-266, 2016.
- CARNIEL, Fagner. A reviravolta discursiva da Libras na educação superior. *Revista Brasileira de Educação*. 23(230027):18, 2018.
- CASALI, Débora. *O Atendimento Psicológico ao Surdo Usuário da Libras no Município de Itajaí - SC*. Dissertação de mestrado, UNIVALI, Santa Catarina, 2012.
- CÓDIGO DE ÉTICA DO PROFISSIONAL PSICÓLOGO. Das responsabilidades e deveres fundamentais do psicólogo. Conselho Federal de Psicologia, p. 8-15, Brasília, DF, 2005.
- GARCIA, Eduardo de Campos. *O que todo pedagogo precisa saber sobre LIBRAS: Os principais aspectos e a importância da Língua Brasileira de Sinais*. Rio de Janeiro: Wak, 2015.
- GIROTO, Cláudia Regina Mosca; MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LIMA, Jessica Mariane Rodrigues de. Inserção da Disciplina LIBRAS no Ensino Superior. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, p. 662–665, 2016.
- GONÇALVES, Paulo Cesar de Silva. Atendimento Psicológico para Surdos. *Portal e Revista Editora Arara Azul*, v. 48, 2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo: Pessoas com Deficiência Auditiva Total ou Parcial, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/brasileirossurdos/censo2019/56578>. Acesso em: dez. de 2021.
- KLEIN, Madalena; SANTOS, Angela Nediane dos. Disciplina de libras: o que as pesquisas acadêmicas dizem sobre a sua inserção no ensino superior? *Rev. Departamento de Educação; Programa de Pós-Graduação Educ.* 23(3):17-8, 2015.

- MACÊDO, Ludmilla da Silva; TORRES, Cláudia Regina Vaz. Psicologia inclusiva: a importância do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas. 1º seminário luso brasileiro de educação inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão, v.1, p. 1150-1161, 2017.
- MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira; NASCIMENTO, Lilian Cristine Ribeiro. Algumas análises da disciplina de libras nos cursos de licenciaturas: reflexões e desdobramentos. *Revista Intellectus*, 30(3):21, 2015.
- MELLO, Anahí Guedes; GAVÉRIO, Marco Antônio. Facts of cripness to the Brazilian: dialogues with Avatar, the film. *Anuário Antropológico*, Brasília, v. 44, n. 1, p. 43-65, 2019.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Educação Inclusiva nos diferentes tipos de ensino, 2017 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/31872-educacao-inclusiva>. Acesso em: jan. de 2022.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS. ABC do SUS: Doutrinas e Princípios. Secretária Nacional de Assistência à Saúde, Brasília - DF, 1990.
- NORA, Andreza. Um histórico das políticas linguísticas para surdos sinalizantes: da lei de Libras ao movimento em prol da escola bilíngue. *Rev Interletras*, 25(6):3, 2017.
- ORTEGA, Rodrigo; PRADO, Carol. Conheça a Libras: língua de sinais, sua origem no Brasil e em que pé está sua aplicação. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2019/01/03/conheca-a-libras-lingua-de-sinais-sua-origem-no-brasil-e-em-que-pe-esta-sua-aplicacao.ghtml>. Acesso em: dez. de 2021.
- ROSA, Patrícia da. *No Encontro Intercultural, o Encontro Terapêutico: Prática Clínica com Surdos*. Trabalho de conclusão de curso do curso de psicologia, UNISC, RS, 2017.
- ROSSI, Renata Aparecida. A Libras Como Disciplina do Ensino Superior. *Revista de Educação*, v. 13, nº 15, p. 71-85, 2010.
- SENNA, Luiz Antonio Gomes. O Estatuto Linguístico da Língua Brasileira de Sinais e a Superação do Estigma na Educação de Surdos. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, n. 3, p. 487-500, 2019.
- SILVA, Oscar Pereira da. “A Palavra aos Surdos-Mudos”. Óleo sobre tela, em exposição no Acervo do MNBA, RJ, 1886.
- SILVA, Álon Mauricio da Silva; CARMO, Maria Beatriz Barreto do. Desafios na Atenção Psicológica a Surdos utilizadores da LSB em Salvador – BA. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 5(2), 2016.
- SOUZA, Rejane de Aquino. A implantação da Libras nas licenciaturas: desmistificando conceitos. *Rev Edu. Artes e Inclusão*;13(3):85, 2017.
- SOUZA, Manuela Santos. Utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) no atendimento aos surdos como forma de humanização da Psicologia; 2013.

Disponível em: <http://editora-arara-azul.com.br/site/edicao/77> acesso em: nov. de 2021.

STROBEL, Karin. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC - SC 2016.

VERAS, Daniele Siqueira; BRAYNER, Izabelly Correia dos Santos. Atuação docente: ensino de libras no ensino superior. *Revista Trama*, vol. 14, n° 2, p. 121–130, 2018.

VIANA, Meire Nunes; FRANCISCHINI, Rosângela. Interfaces entre a Psicologia e a Educação: reflexões sobre a atuação em Psicologia Escolar. In: *Psicologia Escolar: que fazer é esse?* Brasília - DF, Conselho Federal de Psicologia, 2016.

Ayra Audry de Lima Souza; Gabriel Campelo Sotero
Centro Universitário Santo Agostinho; Universidade Federal do Delta do Parnaíba
E-mails: ayraudry@gmail.com; gabrielcampelosotero@gmail.com